# PARECER PAR - GACS CLO - 11967/2015

| | | |
|---|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : | TC/3255/2014 |
| **PROTOCOLO** | : | 1488123 |
| **UNIDADE JURISDICIONADA** | : | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASILANDIA |
| **JURISDICIONADO/INTERESSADO** | : | OZIEL SOARES |
| **TIPO DE PROCESSO** | : | PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2013 |
| **RELATOR** | : | IRAN COELHO DAS NEVES |

*EMENTA: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE. REMESSA TEMPESTIVA. PRESTAÇÃO DE CONTAS INSTRUÍDAS COM OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/MS Nº 35/2011. REGISTROS IRREGULARES DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS E VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO E ESTADO. DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DESPROPORCIONADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 42, VIII E 59 III DA LCE Nº 160/2012 (LEI ORGÂNICA DO TCE/MS). ARTIGOS 102, 103, 104, 105 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/1964. CONTAS IRREGULARES. MULTA. SUGESTÃO.*

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre as Contas Anuais de Gestão do Fundo Municipal de Saúde do Município de Brasilândia - MS, respeitante ao exercício financeiro de 2013. O reportado parecer é emanado em conformidade com o determinado no art. 14, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (LO-TCEMS).

Em análise preambular a eminente 2ª Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inaugural de instrução processual impropriedades e

irregularidades**.** Prontamente, nos termos do art. 80, I, da Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, (RITCE/MS) foram intimados para conhecimento e manifestação, o **Senhor Oziel Soares** (Secretário Municipal de Saúde), consoante com o Termo de Intimação INT – 16600/2014, peça nº 22, igualmente o **Senhor Jorge Justino Diogo** (Prefeito Municipal) por meio do Termo de Intimação INT – 16601, peça nº 23, momento em que apresentaram defesas escritas instruídas com documentos, peças nº 25 e 27.

Em ato sucessivo a predita Inspetoria de Controle Externo averiguou a defesa em conformidade com a Análise "ANA-2ICE-11931/2014", peça nº 29, instante que concluiu que as impropriedades e irregularidades notificadas foram, no todo, regularizadas.

No final, em vista do predito em cima a mencionada Inspetoria manifestou-se sobre estas Contas Anuais de Gestão, nos seguintes termos:

> *"Diante do exposto, entendemos que a presente prestação de contas encontra-se apta a **aprovação**, nos termos do Inciso I, do artigo 59, da Lei Complementar nº 160, de 2de janeiro de 2012, c/c o Inciso I, do § 3º, do artigo 110, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa nº 7, de 11 de dezembro de 2013, sem prejuízo da apuração dos atos praticados no curso do mesmo período, através de outros procedimentos cabíveis a espécie."*

Antecedentemente, esta Auditoria proferiu sobre os autos o Parecer PAR-AUDITORIA-16241/201, peça nº 30, momento em que se manifestou por sua notificação, dado ao fato transcrito em baixo:

> ***2.1** – O "Documento comprobatório da publicação dos balanços", exigido no **Anexo I, Seção II, Item 2, subitem 2.1, letra B – 6,** da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2012, que se encontra acostado à peça 4 dos autos do processo, **apresenta-se totalmente ilegível**, não possibilitando a aferição do cumprimento do dispositivo legal acima citado, bem como das normas estipuladas no **art. 48** da LCF nº*

*101/2000 – LRF, relativo à **transparência** e **publicidade** destas Contas Anuais de Gestão.*

A propositura foi aceita pelo Conselheiro Relator que intimou os gestores supraditos, mediante os Termos de Intimações nº 2453/2015 e 2454/2015, peças nº 33 e 34, chance que foi apresentado defesa escrita e documentos, peça nº 44.

Dado o exposto, esta Auditoria examinou as peças em cima citadas e, assegurou que o evento notificado foi de pronto regularizado, à vista da mostra da publicação dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

É o relatório. Passo a Opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

A apresentação destas contas anuais de gestão ocorreu em 31/03/2014, à vista disso deu-se **dentro** do prazo determinado no Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011 (Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4, Letra A), quer dizer, 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício financeiro, 31/12/2013, em concordância com o Recibo de Protocolo Definitivo, peça nº 1.

### 2.2. DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DA NORMATIZAÇÃO

| PRINCIPAIS CARACTERÍTICAS E FUNÇÕES DO FUNDO | | |
|---|---|---|
| **Criado pela EC nº 29/2000.** | **Formado por recursos:** | **a)** 15% dos recursos provenientes dos impostos e transferências, inclusive, juros, multas e dívida ativa de impostos. |
| | | **b)** Recursos transferidos pela União e Estado. |
| | | **c)** Eventuais rendimentos financeiros auferidos pela aplicação dos recursos do fundo. |

| | | |
|---|---|---|
| | | **d)** demais receitas do fundo |
| | **Destinado a:** | **e)** Escrituração e consolidação das contas da saúde no âmbito do Município. |
| | **Prestação de Contas** | **f)** Anuais. |
| | **Fiscalização** | **g)** Conselho de Saúde Municipal e Tribunal de Contas do Estado. |
| | **Natureza** | **h)** Especial. |

O fundamento do exame das contas anuais de gestão do Fundo de Saúde encontra-se respaldado no art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/1988, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, na Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF), Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, nas Portarias e Instruções Normativas (Expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) e em Normas Regulamentares (Expedidas pelo TCEMS).

## 2.3. DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA O EXAME DAS CONTAS ANUAIS DO FUNDO DE SAÚDE

As averiguações das matérias versadas nos autos serão realizadas mediante versus a contemplação dos critérios:

2.3.1) Manifestação da Inspetoria de Controle Externo;

2.3.2) Remessa Obrigatória de Dados e Documentos;

2.3.3) Avaliação da Responsabilidade Fiscal;

2.3.4) Orçamento;

2.3.5) Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;

2.3.6) Demonstrações Contábeis;

2.3.7) Lei Complementar Federal Nº 141/2012;

2.3.8) Das Irregularidades;

2.3.9) Avaliação de Legitimidade e Economicidade; e

2.3.10) Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida.

### 2.3.1) Da Manifestação da Inspetoria de Controle Externo

Apreciada a manifestação da Inspetoria de Controle Externo sobre as Contas Anuais de Gestão em tela, esta Auditoria opina no sentido de **não** ratificar os argumentos presentemente defendidos, cujas explanações serão traçadas na minucia deste parecer.

### 2.3.2) Da Remessa Obrigatória de Dados e Documentos

No que se refere à remessa obrigatória de dados e documentos, consoante com o Manual de Remessa de Informações, aprovado pela INTCE nº 35/2011, as contas anuais de gestão **estão** instruídas com todos os documentos regulares exigidos no Anexo I, Letra B, Capítulo I, Seção II, Item 2, Subitem 2.4.

### 2.3.3) Da Avaliação da Responsabilidade Fiscal

A LCF nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), igualmente a CF/1988 elencaram as seguintes exigências:

| Fundamento | Exigências | Situação |
|---|---|---|
| CF/1988 (art. 164, § 3º) e LCF nº 101/2000 – LRF (art.43). | Depósitos de Disponibilidades Financeiras de Caixa em Instituições Oficiais. | Regular (peças nº 16 e 17). |

| | | |
|---|---|---|
| CF/1988 (art. 37, caput) e LCF nº 101/2000 – LRF (art. 48, caput). | Transparência e Publicidade. | Regular (peça nº 44). |

**2.3.4) Do Orçamento**

Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/1964, a lei orçamentária anual deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do fundo obedecido os princípios de Unidade, Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Especificação, Especialização ou Discriminação, Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas, Orçamento Bruto, Equilíbrio, Legalidade, Publicidade, Clareza ou Objetividade e Exatidão.

Nesse caso, a Lei Municipal nº 2.478/2012 - LOA, Processo TC/188/2013, autorizou **créditos orçamentários** para o Fundo na monta de R$ 7.593.000,00, peça nº 2, e estimou receita no valor de R$ 2.140.000,00.

Sem embargo, levado em conta o acatamento do montante dos créditos adicionais abertos em conformidade com o Anexo I apêndice deste parecer, há igualdade na despesa autorizada atualizada de R$ 9.079.372,52, ou melhor, (R$ 7.593.000,00 + R$ 1.486.372,52), o que patenteia os cumprimentos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Ressalta-se, que os decretos encaminhados, peças 26 e 27, não apresentam a exposição justificativa. Assim, restou prejudicado o cumprimento do "caput" do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64. Veja-se na transcrição infraconstitucional em baixo:

> *"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa* ***e será precedida de exposição justificativa."***

A doutrina e decisões de Pleno das Cortes de Contas têm-se

manifestado nesse sentido. É o caso do Tribunal de Contas de Minas Gerais que ressaltou por meio das consultas 876.934 e 742.472, que não basta previsão na Lei Orçamentária: sendo indispensável que a autorização, com indicação da forma de alocação de cada recurso e seu destino, além da justificativa, ocorra por lei específica ou decreto do Poder executivo. Veja-se em baixo:

> *CONSULTA N. 876.934*
> *RELATOR: CONSELHEIRO MAURI TORRES*
> *Tribunal Pleno- Sessão: 22/08/2012*
> *EMENTA: CONSULTA — CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO — AUTARQUIA — SUPERAVIT FINANCEIRO EM EXERCÍCIO ANTERIOR — FONTE PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO PRÓPRIO — AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA — JUSTIFICATIVA — DECRETO DO EXECUTIVO OU LEI AUTORIZATIVA*
> *1. A autarquia pode utilizar o superavit financeiro do exercício anterior apurado em seu balanço patrimonial, como fonte de recurso para abertura de crédito suplementar em seu próprio orçamento, independentemente de deficit no orçamento do Executivo Municipal, uma vez que as receitas das autarquias, em razão de sua autonomia administrativa e financeira, não se confundem com as do Executivo.*
> ***2. A abertura de crédito suplementar e especial no próprio orçamento da autarquia deve ser justificada e precedida de decreto do Executivo Municipal ou de lei autorizativa.*** *(Grifo nosso)*
> *(Fonte: http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1743.pdf Acesso em: 20/mar/2015).*
> *CONSULTA Nº 742472*
> *RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA*
> *TRIBUNAL PLENO – SESSÃO: 07/5/08*
> *Presidente: Conselheiro Elmo Braz*
> *Relator: Conselheiro Wanderley Ávila*
> *Ementa: Impossibilidade de a lei orçamentária, ou mesmo outro diploma legal do município, admitir a abertura de créditos suplementares sem indicar o percentual sobre a receita orçada, limitativo à suplementação de dotações orçamentárias previstas no orçamento. Princípios do planejamento e da transparência.* ***A abertura de créditos suplementares deve-se dar por meio de expedição de decreto com a devida justificativa.*** *Limites delineados no art. 7º da Lei n. 4.320/64 obedecidas às disposições do art. 43 da citada lei. Esclarecimentos acerca da distinção entre os conceitos de remanejamento, transferência e transposições. No caso de incidência de remanejamento, transferência ou transposição, não basta previsão na lei orçamentária, é indispensável que a autorização, com a indicação da forma de alocação de cada recurso e seu destino, se dê através de lei específica.*
> *(Fonte:http://200.198.41.151:8081/tribunal_contas/2008/03/-sumario?next=22 Acesso em: 20/mar/2015).*

A pesar da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013, conter em

seu artigo 10 autorizações para aberturas de créditos adicionais no limite de até 35% das despesas autorizadas, não foi possível, neste processo, aferir se tal limite foi observado pelo gestor, uma vez que, nas contas de gestão do fundo, só devem ser enviados os Decretos Orçamentários que alteram o seu respectivo orçamento.

Á vista disso, no que tange aos créditos adicionais abertos, esta Auditoria pode afiançar o seguinte:

- Existe autorização legislativa para abertura de créditos suplementares, mas não foi possível aferir neste processo o cumprimento do limite estabelecido;
- O rito legal de abertura não foi observado em sua totalidade pelo chefe do Poder Executivo Municipal, uma vez que não se comprovou a existência de "exposição justificativa" precedente aos seus respectivos Decretos, conforme determina o art. 43, **caput** da Lei Federal nº 4.320/64;
- Restaram comprovadas às alterações efetuadas no orçamento do FMS de Anaurilândia/MS; e
- Restaram atendidas as determinações expostas no artigo 42 e § 1º, incisos I a III, do artigo 43, ambos da Lei Federal nº 4.320/64.

Em resumo, ressalta-se que o art. 42, IX da LCE nº 160/2012 (LO-TCE/MS) caracteriza como infração à normal legal a prática de qualquer ato administrativo sem a observância dos requisitos formais ou materiais exigidos.

### 2.3.5) Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

A execução orçamentária da receita atendeu à disposição do art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e

MPOG, por apresentar pontualmente a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, o qual evidencia receita orçada de R$ 2.140.000,00 e arrecadada na ordem de R$ 2.646.958,05.

Intercambiada a matéria, restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 do MF e MPOG e da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do MPOG, por apresentar a fixação inicial e a realização da despesa orçamentária por categorias econômicas e por classificação funcional, conforme constatado no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, peça nº 11, o qual demonstra despesa autorizada atualizada de R$ 9.079.372,52 e empenhada na ordem de R$ 8.740.530,73.

No final, em consulta ao Fundo Nacional de Saúde[1] (Ministério da Saúde), extrai-se que foram feitas transferências intergovernamentais[2] para o Fundo de Saúde de Anaurilândia – MS, na ordem de R$ 1.856.444,40, conforme Anexo II apêndice deste parecer, as quais **não** correspondem aos valores detalhados no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, no total de R$ 1.682.673,45, no que diz respeito às “Transferências da União” para “Assistência Farmacêutica”, “Atenção Básica”, “Investimento”, “Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar” e “Vigilância em Saúde”, o que origina uma diferença a menor de R$ 173.770,95.

No mesmo prisma, certificam-se as equivalentes feitas pelo Estado, inclusive voluntárias para “Programas de Saúde”, junto ao portal da Secretaria de Estado de Saúde - MS”[3], em conformidade com o Anexo III apêndice deste parecer na ordem de R$ 831.394,19, o que **diverge** da quantia de R$ 548.901,45

[1] http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaDetalhadaAcao.jsf- Consulta em 08/09/2015.
[2] Transferências fundo a fundo.
[3] http://www.saude.ms.gov.br/sesmunicipios/ - Consulta em 14/09//2015.

consignada no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça nº 10, fato que originou uma desigualdade a menor de R$ 282.492,74.

*Supraditas* desigualdades entre os citados informes monetários geram incerteza, quanto à justeza dos registros das demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas anuais de gestão, conjuntura que esta Auditoria entende como infração prevista nos termos do art. 42, VIII da LCE nº 160/2012 (LOTECEMS).

**2.3.6) Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis consignadas no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Patrimonial devem seguir a normatização explicitada nos artigos 102, 103, 104 e 105, todos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Nesta condição, averígua-se que as contas apresentadas estão em conformidades com os modelos exigidos nas disposições dos artigos em acima aludidos, ou melhor:

a) Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 5;
b) Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 6;
c) Anexo 14 (Balanço Patrimonial), peça nº 8;
d) Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 7.

De mais a mais, vistos e investigadas as demonstrações contábeis estas mostram, em síntese, os resultados consignados nos quadros, a seguir:

| **Quadro 1**<br>**ORÇAMENTÁRIO** | |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **(R$)** |
| 1. Receitas Arrecadadas | 2.646.958,05 |
| 2. Despesas Empenhadas | 8.740.530,73 |

| | |
|---|---|
| **3. Deficit Orçamentário[4] = (1 - 2)** | **6.093.572,68** |

Fonte: Anexo 12 (Balanço Orçamentário), peça nº 5.

| **Quadro 2**<br>**FINANCEIRO** | |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Disponibilidade financeira do Exercício Anterior | 326.569,60 |
| 2. Receita Orçamentária | 2.646.958,05 |
| 3. Receita Extraorçamentária | 1.106.858,16 |
| 4. Outras Operações | 6.638.121,66 |
| **5. Soma** | **10.718.507,47** |
| 6. Despesa Orçamentária | 8.740.530,73 |
| 7. Despesa Extraorçamentária | 1.147.785,14 |
| 8. Outras Operações | 72.802,53 |
| **9. Soma** | **9.961.118,40** |
| **10. Disponibilidade Financeira para o Exercício Seguinte = (5 - 9)** | **757.389,07** |

Fonte: Anexo 13 (Balanço Financeiro), peça nº 6.

| **Quadro 3**<br>**PATRIMONIAL** | |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Variações Patrimoniais Ativas | 9.271.319,97 |
| 2. Variações Patrimoniais Passivas | 8.492.796,41 |
| **3. Superavit Patrimonial. (1-2)** | **778.523,56** |

Fonte: Anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), peça nº 8.

| **Quadro 4**<br>**ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO** | |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Ativo Real Líquido do Exercício Anterior | 4.558.833,67 |
| 2. Superavit Patrimonial do Exercício | 778.523,56 |
| 3. Ajustes de Exercícios Anteriores | (537.537,88) |
| **4. Ativo Real Líquido** | **4.799.819,35** |
| **Resultado do Exame. Regular = (1±2 = BP) Irregular = (1±2 ≠ BP)** | **Regular** |

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, Balanço Patrimonial do Exercício e Demonstração das Variações Patrimoniais, peça nº 7, 8 e 20.

Acolhidas as sínteses das demonstrações contábeis dos quadros dos

[4] O deficit orçamentário não levou em consideração o Superavit Financeiro do Exercício Financeiro de R$ 207.724,60, igualmente as Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Municipal, no valor de R$ 6.565.319,13, peça nº 6 e 20.

balanços gerais expostas em cima, constata-se que as mesmas respeitam aos comandos dos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Destarte, dado a desigualdade nos registros das transferências intergovernamentais e voluntárias do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde para o Fundo, de R$ 2.687.838,59 correlatas a R$ 1.856.44,40 + R$ 831.394,19, (Anexos II e III) apêndice deste parecer, em elo com as detalhadas no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça 10, de R$ 2.231.574,90 igual a (R$ 1.682.673,45 + R$ 548.901,45), tal evento mostra deformidade dos resultados das demonstrações contábeis, o que desconsideram os artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, ao mesmo tempo em que tipifica infração prevista no art. 42, VIII, da LCE nº 160/2012 (LO-TCE).

**2.3.7) Lei Complementar nº 141/2012.**

Nos termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Estatui o art. 20 da *supradita* Lei que as transferências da União e dos Estados para os Municípios, destinadas a financiar as ações e serviços públicos de saúde, serão realizadas diretamente pelos Fundos de Saúde de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferências aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde.

Na apreciação destas contas anuais de gestão, **com base nas informações nela contidas**, constatou-se que foram atendidas as disposições dos artigos 3º, 4º e 7º, todos, do aludido diploma infraconstitucional.

O mencionado art. 3º, incisos I a XII, estipula quais serão as ações e serviços públicos de saúde para efeito da aplicação dos recursos mínimos previstos em lei. De outro lado, o art. 4º, incisos I a X, estipula quais ações e serviços públicos de saúde não serão considerados para tal fim.

No caso, as despesas foram regularmente constituídas, em respeito ao comando dos artigos 3º e 4º da citada legislação.

À luz do que dispõe o art. 7º da Lei Complementar em debate, os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos, da Constituição Federal.

Na espécie, em conformidade com os documentos dos autos, extrai-se que foi aplicado, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o patamar mínimo de 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da CF/1988, conforme evidencia o “Cálculo dos Gastos com as Ações e Serviços Públicos de Saúde”, 17,69 **%,** no Anexo IV deste parecer.

Reza o art. 25 da Lei infraconstitucional em debate, que ocasional diferença que implique o não atendimento, em determinado exercício, dos recursos mínimos previstos de 15%, observar-se-á o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal/1988, a qual deverá ser acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente ao da apuração da diferença, sem prejuízo do montante mínimo do exercício de referência e das sanções cabíveis.

Por fim, nas contas, em exame, não se constatou eventual diferença de recursos a serem aplicados no exercício seguinte.

**2.3.8) Das Irregularidades**

Resoluto com o exame dos autos ficou certificada a seguinte irregularidade:

**a.** Contabilização irregular das transferências intergovernamentais e voluntárias do Fundo Nacional de Saúde[5] (Ministério da Saúde) e da Secretaria de Estado de Saúde – MS, conjuntura que caracteriza infração prevista nos termos do art. 42, VIII da LCE nº 160/2012 (LO-TECEMS), igualmente dos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, consoantes com os expostos no **subitem 2.3.5. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa** e **2.3.6. Demonstrações Contábeis**.

Repara-se que os Decretos de aberturas de créditos adicionais não estão precedidos de exposição justificativa determinada no artigo 43, *caput* da Lei Federal 4.320/64, evento que propicia recomendar na apreciação das Contas Anuais de Governo do Prefeito Municipal atentar para o cumprimento de tais disposições infraconstitucionais.

**2.3.9) Avaliação de Legitimidade e Economicidade**

A avaliação da legitimidade e da economicidade não faz parte dos itens a serem analisados por esta Auditoria para a emissão do presente parecer, sendo objeto de atuação do controle externo a cargo deste Tribunal, por meio de processos de instrumentos de fiscalização dos quais dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

**2.3.10) Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida**

O parecer ora exarado foi fundamentado, exclusivamente, no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, portanto,

[5] http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaDetalhadaAcao.jsf- Consulta em 12/09/2015.

ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

## 3. CONCLUSÃO

Em deferência ao decretado no art. 14, I da LCE nº 160/2012 – (LO-TCE/MS), esta Auditoria perquiriu as Contas Anuais de Gestão em tela, pertinente ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Brasilândia – MS, inerente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Gestor **Senhor Oziel Soares**, Secretário Municipal de Saúde, momento que assim opina:

**3.1.** Pela **irregularidade das contas**, com fundamento no art. 42, VIII, conjugado com o art. 59, III, ambos da LCE n.º 160/2012 (LO-TCE/MS), igualmente nos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Em relutância da disciplina do ordenamento jurídico da LCE nº 160/2012 (LO-TCEMS), sugere-se aplicação de multa prevista no art. 45, I em consequência do seguinte ato infracional:

**3.2.** Do art. 42, VIII, dado ao episódio do contabilização de forma irregular das transferências intergovernamentais e voluntárias do Fundo Nacional de Saúde[6] (Ministério da Saúde), igualmente da Secretaria de Estado de Saúde – MS, de acordo com o **subitem 2.3.5. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa** e **subitem 2.3.6. Demonstrações Contábeis**.

Por fim, sugere o que segue:

**3.3.** Na ocasião da apreciação das Contas de Governo do Prefeito Municipal, seja recomendado o cumprimento do artigo 43, *caput* da Lei Federal

[6] http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaDetalhadaAcao.jsf- Consulta em 14/09/2015.

4.320/64, quanto à necessidade da exposição e justificativa da despesa para abertura de créditos adicionais.

**É o parecer.**

Campo Grande, 14 de setembro de 2015.

**CELIO LIMA DE OLIVEIRA**
**CONSELHEIRO SUBSTITUTO**

magl

## APÊNDICES

### ANEXO I

| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **FONTES/ REFERÊNCIAS LOA/ DECRETOS** | **DOTAÇÃO INICIAL (a)** | **SUPLEMENTAÇÃO (b)** | **ANULAÇÃO DOTAÇÃO (c)** | **DOTAÇÃO ATUAL (D) = (a+b-c)** |
| LOA | 7.593.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.593.000,00 |
| 3533/2013 | | 460,00 | 460,00 | |
| 3534/2013 | | 3.350,00 | 3.350,00 | |
| 3537/2013 | | 30.000,00 | 30.000,00 | |
| 3541/2013 | | 22.111,33 | 0,00 | |
| 3542/2013 | | 85.983,67 | 0,00 | |
| 3547/2013 | | 68.614,93 | 68.614,93 | |
| 3549/2013 | | 15.116,00 | 0,00 | |
| 3553/2013 | | 184.504,85 | 1.300,00 | |
| 3554/2013 | | 1.800,00 | 1.800,00 | |
| 3555/2013 | | 5.668,38 | 3.789,24 | |
| 3559/2013 | | 5.000,00 | 5.000,00 | |
| 3563/2013 | | 54.750,00 | 0,00 | |
| 3566/2013 | | 5.000,00 | 5.000,00 | |
| 3567/2013 | | 57.100,00 | 57.100,00 | |
| 3572/2013 | | 11.368,40 | 11.368,40 | |
| 3579/2013 | | 3.500,00 | 3.500,00 | |
| 3580/2013 | | 17.000,00 | 17.000,00 | |
| 3584/2013 | | 12.500,00 | 12.500,00 | |
| 3588/2013 | | 34.350,00 | 34.350,00 | |
| 3594/2013 | | 1.000,00 | 1.000,00 | |
| 3595/2013 | | 45.000,00 | 45.000,00 | |
| 3599/2013 | | 1.000,00 | 1.000,00 | |
| 3601/2013 | | 2.736,00 | 2.736,00 | |
| 3603/2013 | | 22.827,52 | 8.130,00 | |
| 3609/2013 | | 13.200,00 | 11.200,00 | |
| 3612/2013 | | 3.200,00 | 0,00 | |
| 3617/2013 | | 550,00 | 0,00 | |
| 3619/2013 | | 39.500,00 | 11.500,00 | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 3621/2013 | | 767,92 | 767,92 | |
| 3623/2013 | | 3.203,84 | 0,00 | |
| 3631/2013 | | 550,00 | 550,00 | |
| 3633/2013 | | 355.428,00 | 0,00 | |
| 3635/2013 | | 15.000,00 | 0,00 | |
| 3638/2013 | | 10.981,34 | 0,00 | |
| 3642/2013 | | 1.500,00 | 0,00 | |
| 3643/2013 | | 9.600,00 | 1.500,00 | |
| 3650/2013 | | 29.353,34 | 0,00 | |
| 3651/2013 | | 21.000,00 | 0,00 | |
| 3658/2013 | | 24.417,50 | 4.873,00 | |
| 3666/2013 | | 14.100,00 | 14.100,00 | |
| 3667/2013 | | 190.438,99 | 18.300,00 | |
| 3670/2013 | | 20.350,00 | 20.000,00 | |
| 3678/2013 | | 1.600,00 | 1.600,00 | |
| 3682/2013 | | 6.400,00 | 6.400,00 | |
| 3683/2013 | | 116.900,00 | 0,00 | |
| 3686/2013 | | 49.050,00 | 0,00 | |
| 3689/2013 | | 80.500,00 | 80.500,00 | |
| 3691/2013 | | 166.000,00 | 0,00 | |
| 3694/2013 | | 28.160,00 | 28.160,00 | |
| 3697/2013 | | 8.000,00 | 8.000,00 | |
| 3698/2013 | | 14.030,00 | 0,00 | |
| 3705/2013 | | 94.700,00 | 2.400,00 | |
| 3707/2013 | | 86.614,84 | 86.614,84 | |
| 3708/2013 | | 78.556,44 | 78.556,44 | |
| **Total Apurado** | **7.593.000,00** | **2.174.393,29** | **688.020,77** | **9.079.372,52** |
| **Total Registrado** | **7.593.000,00** | **2.174.393,29** | **688.020,77** | **9.079.372,52** |
| | | | **Resultado do Exame** | **Regular** |

Fonte: Decretos, peça 25 e 27.

## ANEXO II
## TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – FUNDO A FUNDO

UF: MS
Ano: 2013
Código IBGE: 500230 População: 11.923 habitantes Ano Censo: 2014

**Total de Repasses por Bloco**

| Bloco | Valor Total | Valor Desconto | Valor Líquido |
|---|---|---|---|
| ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | R$ 63.943,80 | R$ 0,00 | R$ 63.943,80 |
| ATENÇÃO BÁSICA | R$ 1.376.181,57 | R$ 0,00 | R$ 1.376.181,57 |
| INVESTIMENTO | R$ 248.876,00 | R$ 0,00 | R$ 248.876,00 |
| MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATO-RIAL E HOSPITALAR | R$ 92.511,09 | R$ 1.319,46 | R$ 91.191,63 |
| VIGILÂNCIA EM SAÚDE | R$ 76.251,40 | R$ 0,00 | R$ 76.251,40 |
| **Total Geral** | **R$ 1.857.763,86** | **R$ 1.319,46** | **R$ 1.856.444,40** |

| Entidade | CNPJ | Valor Líquido |
|---|---|---|
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BRASILANDIA | 10.411.736/000-06 | 1.856.444,40 |
| | | **Total Geral: R$ 1.856.444,40** |

# ANEXO III
# TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO – FUNDO A FUNDO

Repasses da SES para a Pref. Municipal de **BRASILANDIA**/MS

| **Fonte 0100** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ASSISTENCIA FARMACEUTICA** | **OB** | **Data** | **Valor** | **Destino/Incentivo** |
| **AF - FARMACIA BASICA** | 2013OB00752 | 24/01/2013 | 1.801,57 | FARMACIA BASICA PARC.12 - 2012 |
| | 2013OB01214 | 08/02/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 01 - 2013 |
| | 2013OB01814 | 01/03/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 02 - 2013 |
| | 2013OB02854 | 02/04/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 03 - 2013 |
| | 2013OB04086 | 02/05/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 04 - 2013 |
| | 2013OB05201 | 04/06/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 05 - 2013 |
| | 2013OB06466 | 01/07/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 06 - 2013 |
| | 2013OB10111 | 23/09/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 07 - 2013 |
| | 2013OB10112 | 23/09/2013 | 1.830,08 | FARMACIA BASICA PARC. 08 - 2013 |
| | 2013OB10644 | 07/10/2013 | 2.322,03 | FARMACIA /INSULINO PARC. 09 - 2013 |
| | 2013OB12157 | 18/11/2013 | 2.322,03 | FARMACIA /INSULINO PARC. 10 - 2013 |
| | 2013OB13992 | 26/12/2013 | 2.322,03 | FARMACIA /INSULINO PARC. 11 - 2013 |
| | 2013OB14474 | 26/12/2013 | 2.322,03 | FARMACIA /INSULINO PARC. 12 - 2013 |
| **Valor Total AF - FARMACIA BASICA** | | | **25.730,33** | |
| | | | | |
| **AF - INSULINOS DEPENDEN-TES** | 2013OB00780 | 24/01/2013 | 484,29 | INSULINOS - PARC. 12 - 2012 |
| | 2013OB01215 | 08/02/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 01 - 2013 |
| | 2013OB01815 | 01/03/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 02 - 2013 |
| | 2013OB02855 | 02/04/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 03 - 2013 |
| | 2013OB04085 | 02/05/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 04 - 2013 |
| | 2013OB05202 | 04/06/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 05 - 2013 |
| | 2013OB06465 | 01/07/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 06 - 2013 |
| | 2013OB10114 | 23/09/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 08 - 2013 |
| | 2013OB10115 | 23/09/2013 | 491,95 | INSULINOS - PARC. 07 - 2013 |
| **Valor Total AF - INSULINOS DEPENDENTES** | | | **4.419,89** | |
| **Valor Total ASSISTENCIA FARMACEUTICA** | | | **30.150,22** | |
| | | | | |
| **ATENCAO BASICA** | **OB** | **Data** | **Valor** | **Destino/Incentivo** |
| **ATB - ESF - SAUDE DA FAMI-LIA** | 2013OB00902 | 30/01/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - PARC. 12 - 2012 |
| | 2013OB00903 | 30/01/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. DEZ/2012 |
| | 2013OB01277 | 14/02/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. JAN/2013 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013OB01293 | 14/02/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - PARC. 01 - 2013 |
| | 2013OB01977 | 07/03/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - PARC. 02 - 2013 |
| | 2013OB01999 | 08/03/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. FEV/2013 |
| | 2013OB03004 | 05/04/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. MAR/2013 |
| | 2013OB03005 | 08/04/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - MAR/2013 |
| | 2013OB04432 | 13/05/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - ABR/2013 |
| | 2013OB04433 | 10/05/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. ABR/2013 |
| | 2013OB05311 | 06/06/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - MAI/2013 |
| | 2013OB05312 | 06/06/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. MAI/2013 |
| | 2013OB06888 | 11/07/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - JUN/2013 |
| | 2013OB06889 | 11/07/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. JUN/2013 |
| | 2013OB08172 | 12/08/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - JUL/2013 |
| | 2013OB08173 | 12/08/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. JUL/2013 |
| | 2013OB10169 | 25/09/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. AGO/2013 |
| | 2013OB10285 | 26/09/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - AGO/2013 |
| | 2013OB11647 | 30/10/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. SET/2013 |
| | 2013OB11649 | 30/10/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - SET/2013 |
| | 2013OB12186 | 13/11/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. OUT/2013 |
| | 2013OB12187 | 13/11/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - OUT/2013 |
| | 2013OB13996 | 23/12/2013 | 13.338,00 | SAUDE FAMILIA - NOV/2013 |
| | 2013OB13997 | 23/12/2013 | 1.858,15 | SAUDE FAMILIA - CER. NOV/2013 |
| **Valor Total ATB - ESF - SAUDE DA FAMILIA** | | | **182.353,80** | |
| | | | | |
| **ATB - PACS - AGENTES COMUNITARIOS** | 2013OB00758 | 23/01/2013 | 3.456,00 | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 12 - 2012 |
| | 2013OB01260 | 14/02/2013 | 3.456,00 | AGENTE COMUNITARIO - JAN/2013 |
| | 2013OB01975 | 07/03/2013 | 3.456,00 | COMUNITARIO - FEV/2013 |
| | 2013OB02998 | 05/04/2013 | 3.200,00 | AGENTE COMUNITARIO - MAR/2013 |
| | 2013OB04423 | 10/05/2013 | 3.072,00 | AGENTE COMUNITARIO - ABR/2013 |
| | 2013OB05314 | 06/06/2013 | 3.072,00 | AGENTE COMUNITARIO - MAIO/2013 |
| | 2013OB06870 | 11/07/2013 | 3.072,00 | AGENTE COMUNITARIO - JUNHO/2013 |
| | 2013OB08094 | 12/08/2013 | 3.328,00 | AGENTE COMUNITARIO - JULHO/2013 |
| | 2013OB10344 | 27/09/2013 | 3.328,00 | AGENTE COMUNITARIO - AGOSTO/2013 |
| | 2013OB11370 | 18/10/2013 | 3.328,00 | AGENTE COMUNITARIO - SETEMBRO/2013 |
| | 2013OB12159 | 13/11/2013 | 3.328,00 | AGENTE COMUNITARIO - OUTUBRO/2013 |
| | 2013OB13991 | 20/12/2013 | 3.328,00 | AGENTE COMUNITARIO - NOVEMBRO/2013 |
| **Valor Total ATB - PACS - AGENTES COMUNITARIOS** | | | **39.424,00** | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Valor Total ATENCAO BASICA** | | | **221.777,80** | |
| | | | | |
| **CONVENIOS** | **OB** | **Data** | **Valor** | **Destino/Incentivo** |
| **CV - Emenda Parlamentar - Capital** | 2013OB12890 | 29/11/2013 | 30.000,00 | TRANSF. FUNDO A FUN-DO/EMENDA PARL/NOV13 |
| **Valor Total CV - Emenda Parlamentar - Capital** | | | **30.000,00** | |
| | | | | |
| **CV - Emenda Parlamentar - Custeio** | 2013OB12986 | 29/11/2013 | 27.000,00 | TRANSF. FUNDO A FUN-DO/EMENDA PARL./NOV13 |
| | 2013OB12987 | 29/11/2013 | 20.000,00 | TRANSF. FUNDO A FUN-DO/EMENDA PARL./NOV13 |
| | 2013OB12988 | 29/11/2013 | 20.000,00 | TRANSF. FUNDO A FUN-DO/EMENDA PARL./NOV13 |
| **Valor Total CV - Emenda Parlamentar - Custeio** | | | **67.000,00** | |
| **Valor Total CONVENIOS** | | | **97.000,00** | |
| | | | | |
| **MAC - MEDIA E ALTA COMPLE-XIDADE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **Destino/Incentivo** |
| **MAC - HPP** | 2013OB00058 | 10/01/2013 | 7.571,43 | PG HPP NOV/12 NE-194 ND-33504106 CI-1869 |
| | 2013OB01432 | 18/02/2013 | 7.571,43 | PG HPP DEZEMBRO/12 - CI-164/13/DGE/SES |
| | 2013OB02158 | 11/03/2013 | 7.571,43 | PG REPAS.FINANC.HPP JAN/13 CI-346/13 |
| | 2013OB03122 | 08/04/2013 | 7.571,43 | PG HPP FEVEREIRO/13 CI-504/13/DE/SES/MS |
| | 2013OB04191 | 06/05/2013 | 7.571,43 | PG REPAS.FINANC.HPP MAR�O/13 CI-663/13 |
| | 2013OB05758 | 18/06/2013 | 7.571,43 | PG HPP MES ABRIL/13 CI/0899/13/DGE/SES |
| | 2013OB06670 | 05/07/2013 | 7.571,43 | PG REPAS.FIN.HPP MAI/13 CI-998/13 |
| | 2013OB08124 | 12/08/2013 | 7.571,43 | PG HPP JUNHO/13 CI-1172/13 |
| | 2013OB09280 | 05/09/2013 | 7.571,43 | HPP JULHO/13 CI-1419/13/DGE/SES |
| | 2013OB10752 | 09/10/2013 | 7.571,43 | HPP AGOSTO/13 CI-1611/DGE/SES/MS |
| | 2013OB11895 | 07/11/2013 | 7.571,43 | HPP SETEMBRO/13 CI-1737/13/DGE/SES |
| | 2013OB13409 | 09/12/2013 | 7.571,43 | HPP OUTUBRO/13 CI-1905/DGE/SES |
| **Valor Total MAC - HPP** | | | **90.857,16** | |
| | | | | |
| **MAC - PPI** | 2013ob05388 | 10/06/2013 | 24,20 | PPI CIB - PARC. 01 - 2013 |
| | 2013OB05390 | 10/06/2013 | 0,07 | PPI CIB - PARC. 03 - 2013 |
| | 2013OB06219 | 26/06/2013 | 0,07 | PPI CIB - ABRIL/2013 |
| **Valor Total MAC - PPI** | | | **24,34** | |
| **Valor Total MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE** | | | **90.881,50** | |
| **Valor Total da Fonte 0100** | | | **439.809,52** | |
| | | | | |
| **Fonte 0103** | | | | |

| CONVENIOS | OB | Data | Valor | Destino/Incentivo |
|---|---|---|---|---|
| **CV - Emenda Parlamentar - Capital** | 2013OB13365 | 06/12/2013 | 35.000,00 | PGTO REF. CONV.21956/13/EMENDA PARL/DEZ. |
| **Valor Total CV - Emenda Parlamentar - Capital** | | | **35.000,00** | |
| **Valor Total CONVENIOS** | | | **35.000,00** | |
| **Valor Total da Fonte 0103** | | | **35.000,00** | |
| | | | | |
| **Fonte 0281** | | | | |
| **MAC - MEDIA E ALTA COMPLE-XIDADE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **Destino/Incentivo** |
| **MAC - HPP** | 2013OB00122 | 10/01/2013 | 33.778,22 | PG HPP NOV/12 NE-193 ND-33504106 CI-1869 |
| | 2013OB01059 | 04/02/2013 | 30.875,48 | PG HPP DEZEMBRO/12 - CI-164/13/DGE/SES |
| | 2013OB02091 | 11/03/2013 | 29.555,94 | PG REPAS.FINANC.HPP JAN/13 CI-346/13 |
| | 2013OB03117 | 08/04/2013 | 27.862,67 | PG HPP FEVEREIRO/13 CI-504/13/DE/SES/MS |
| | 2013OB04240 | 06/05/2013 | 29.555,94 | PG REPAS.FINANC.HPP MAR�O/13 CI-663/13 |
| | 2013OB05677 | 18/06/2013 | 29.555,94 | PG HPP MES ABRIL/13 CI/0899/13/DGE/SES |
| | 2013OB06606 | 05/07/2013 | 29.555,94 | PG REPAS.FIN.HPP MAI/13 CI-998/13 |
| | 2013OB08189 | 12/08/2013 | 29.555,94 | PG HPP JUNHO/13 CI-1172/13 |
| | 2013OB09217 | 05/09/2013 | 29.555,94 | HPP JULHO/13 CI-1419/13/DGE/SES |
| | 2013OB10822 | 09/10/2013 | 29.555,94 | HPP AGOSTO/13 CI-1611/DGE/SES/MS |
| | 2013OB11856 | 06/11/2013 | 29.555,94 | HPP SETEMBRO/13 CI-1737/13/DGE/SES |
| | 2013OB13510 | 09/12/2013 | 27.620,78 | HPP OUTUBRO/13 CI-1905/DGE/SES |
| **Valor Total MAC - HPP** | | | **356.584,67** | |
| **Valor Total MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE** | | | **356.584,67** | |
| **Valor Total da Fonte 0281** | | | **356.584,67** | |
| | | | | |
| **Total Estadual (Recursos Próprios)** | | | **474.809,52** | |
| **Total Federal (sob Gestão Estadual)** | | | **356.584,67** | |
| **Total Geral** | | | **831.394,19** | |

# ANEXO IV
# MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS GASTOS COM AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, SEGUNDO A SUA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL COM RECURSOS DE TODAS AS FONTES | | | |
|---|---|---|---|
| FONTES DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 15% | | | |
| **FUNDAMENTAÇÃO** | **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** | **%** |
| **CF/1988 (artigos 156,158 e 159, I,** | **1 - Receitas de Impostos Municipais.** | **4.232.086,61** | |
| | 1.1 - IPTU. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 453.367,91 | |
| | 1.2 - IRRF. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 540.465,53 | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **b e § 3º)** | 1.3 - ITBI. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 1.070.430,01 | |
| | 1.4 - ISSQN. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 2.167.823,16 | |
| | 1.5 - (-) Receitas de Impostos Restituídos. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 0,00 | |
| | **2 - Acessórios de Impostos Municipais e Dívida Ativa.** | **733.205,66** | |
| | 2.1 - Multas, Juros de Mora sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 18.564,71 | |
| | 2.2 - Correção Monetária sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 0,00 | |
| | 2.3 - Multas e Juros de Mora sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. → Fonte: Anexo10 - Consolidado. | 136.670,43 | |
| | 2.4 - Correção Monetária sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 0,00 | |
| | 2.5 - Dívida Ativa Tributária sobre Impostos Municipais. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 577.970,52 | |
| | **3 - Receitas de Impostos Transferidos da União.** | **10.221.041,19** | |
| | 3.1 - Cota-Parte do FPM. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 8.680.913,18 | |
| | 3.2 - Cota-Parte do ITR. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 1.469.315,42 | |
| | 3.3 - ICMS Desoneração - L.C Nº 87/1996. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 70.812,59 | |
| | 3.4 - Cota-Parte IOF - Ouro. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 0,00 | |
| | **4 - Receitas de Impostos Transferidos do Estado.** | **19.253.564,91** | |
| | 4.1 - Cota Parte do IPVA. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 604.411,53 | |
| | 4.2 - Cota-Parte do ICMS. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 18.497.152,41 | |
| | 4.3 - Cota-Parte do IPI Exportação. → Fonte: Anexo 10 - Consolidado. | 152.000,97 | |
| | **5 - Receita Arrecadada Base de Cálculo do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (1+2+3+4) → % = 100%.** | **34.439.898,37** | **100,00** |
| **CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)** | **DESPESA EMPENHADA POR SUBFUNÇÃO EM SAÚDE COM RECURSOS DE TODAS AS FONTES** | | |
| | 6 - Atenção Básica. → Fonte: Anexo 7. | 6.591.723,10 | |
| | 7 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial. → Fonte: Anexo 7. | 2.073.252,68 | |
| | 8 - Suporte Profilático e Terapêutico. → Fonte: Anexo 7. | 0,00 | |
| | 9 - Vigilância Sanitária. → Fonte: Anexo 7. | 0,00 | |
| | 10 - Vigilância Epidemiológica. → Fonte: Anexo 7. | 75.554,95 | |
| | 11 - Assistência aos Povos Indígenas. → Fonte: Anexo 7. | 0,00 | |
| | 12 - Outras Subfunções: Administração Geral. → Fonte: Anexo 7. | 0,00 | |
| | **13 - Total da Despesa Empenhada por Subfunção em Saúde com Recursos de Todas as Fontes. → R$ = (6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11 + 12) → % = 100%.** | **8.740.530,73** | |
| | 14 - (-) Alimentação e Nutrição. → Fonte: Item 11. | 0,00 | |
| | 15 - (-) Despesa com Saúde não Computada, conforme disposto no art. 4º da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Cota do Auditor –Art. 4º, Inciso V – LC nº 141/2012. | 0,00 | |
| | 16 - (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício por Contas dos Recursos de Todas as Fontes sem Limite de Disponibilidade de Caixa. → Fonte: Anexos 14 e 15. | 0,00 | |
| | **17 - Total da Despesa Realizada em Saúde por Subfunção com Recursos das Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (13 - 14 - 15 - 16) → % = (17 / 5).** | **8.740.530,73** | **100,00** |
| | **18 - 15% das Fontes de Recursos da Base Constitucional a Aplicar em Saúde. → R$ = (5 x 15%) → % = 15%.** | **5.165.984,76** | |
| **LCF nº 101/2000 – LRF (art. 8º, parágrafo único)** | **DESPESA CUSTEADA COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES DESTINADAS A SÁUDE NÃO COMPUTADA PARA FIM DE APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 15%, INCLUSIVE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR, NO EXERCÍCIO.** | | |
| | 19 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências da União para o Sistema Único de Saúde – SUS. → Fonte: Anexo 10. | 1.682.673,45 | |
| | 20 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências do Estado para o Sistema Único de Saúde – SUS. → Fonte: Anexo 10. | 548.901,45 | |
| | 21 - Despesas Custeadas com Recursos de Transferências Voluntárias de Convênios. → Fonte: Anexo 10. | 385.402,96 | |
| | 22 - Despesas Custeadas com Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde. → Fonte: Anexo 10. | 0,00 | |
| | 23 - Despesas Custeadas com Receita de Aplicação Financeira de Recursos da Saúde, conforme Fundo de Saúde. → Fonte: Anexo 10. | 28.961,82 | |
| | 24 - Despesas Custeadas com 25% dos Recursos das Parcelas da Participação no Resultado ou na Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, conforme § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.858, de 09.09.2013. → Fonte: Anexo 10. | 0,00 | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 25 - Despesa Custeada com Recursos de Outras Receitas Transferidas pela União e Estado para Financiamento da Saúde. → Fonte: Anexo 10 do Balanço do Fundo de Saúde. | 0,00 | |
| | 25.1 - Despesa Custeada com Recursos de Outras Receitas para Financiamento da Saúde. → Fonte: Anexo 10. | 1.018,37 | |
| | 26 - Cancelamento de Restos Pagar, no exercício, para Compensar sua Inclusão como Despesa Realizada no Exercício Anterior, contabilizado na forma do art. 2º da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Anexo 15. | 0,00 | |
| | 27 - Se Houver Despesa Custeada com a Parcela do Percentual Constitucional Mínimo de 15% que não foi Aplicado em Ações e Serviços de Saúde no Exercício Anterior, *Caput* do Art. 25 da LCF nº 141, de 13.01.2012. → Fonte: Anexo 15. | 0,00 | |
| | **28 - Total da Despesa Custeada com Recursos de Outras Fontes Destinadas a Saúde não Comutada para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (19 + 20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) → % = 100%.** | **2.646.958,05** | **100,00** |
| **CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)** | **RESULTADO, NO EXERCÍCIO, DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONSTITUCIONAIS DO LIMITE MÍNIMO DE 15% A APLICAR E APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, CRESCIDO DO VALOR NOMINAL DA PARCELA NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO ANTERIOR** | | |
| | 29 - Recursos a Aplicar com as Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = Item 18 → % = 15%. | 5.165.984,76 | 15,00 |
| | **30 - Despesa Realizada com as Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15%, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = (17 - 28) → % = (30 / 5).** | **6.093.572,68** | **17,69** |
| | 31 - Eventual Diferença da Parcela das Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15% não Aplicado, no exercício, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → Fonte: Caput do Art. 25 da LCF nº 141, de 09.09.2013. → R$ = (29 - 30) → % = (31 / 5). | 0,00 | 0,00 |
| | **32 - Resultado do Exame da Aplicação em Saúde, no Exercício, dos Recursos do Limite Constitucional Mínimo de 15%. → Regular 30 > 29 → Irregular 30 < 29.** | **Regular** | |

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado da PM Processo TC/27272014, peça nº 14, Anexo 6 – Programa de Trabalho, Anexo 13 - Balanço Financeiro, Anexo 14 – Balanço Patrimonial e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais, peças nº 6, 7, 9 e 20.